

O Dr. Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Presidente da CNseg, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e justificando as ausências de membros do Conselho Diretor.

1. Ata da Reunião Ordinária N° 093, de 19/12/2018

Relator: Marcio Serôa de Araujo Coriolano

Aprovada a minuta da ata sem ajustes.

. Aprovada.

2. Notícias do Presidente

Relator: Marcio Serôa de Araujo Coriolano

2.1. Boas-Vindas | Novos Presidentes das Federações associadas e Representante da Mapfre Previdência S/A

Dadas boas-vindas aos novos presidentes das Federações associadas que tomaram posse no último dia 07 de fevereiro João Alceu Amoroso Lima (FenaSaúde), Jorge Pohlmann Nasser (FenaPrevi), Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade (FenSeg) e Marcos Renato Coltri (FenaCap) e ao novo representante indicado pela Mapfre Previdência S/A Miguel Gómez Bermúdez que ingressou no lugar anteriormente ocupado por Wilson Toneto. Todos os executivos se colocaram à disposição para contribuir de forma efetiva com os trabalhos da CNseg.

Miguel Gómez Bermúdez informou ainda que a representação da Mapfre no Conselho Diretor da CNseg sofrerá alteração em breve, pois aguarda-se a conclusão interna do processo para formalização da indicação do Sr. Fernando Perez Serrabona, CEO Regional, junto a esse colegiado.

. Para conhecimento.

2.2. Eleições CNseg/Fenaseg

As eleições para a CNseg/Fenaseg ocorrerão no próximo dia 28 de fevereiro, no Rio de Janeiro. Na CNseg votam os presidentes das Federações associadas e na Fenaseg, os

presidentes dos Sindicatos Regionais das Seguradoras e do SINAPP. Não foram apresentadas impugnações à chapa única concorrente ao pleito.

Adicionalmente, Marcio Coriolano informou que não obstante as regras concernentes à nova governança da Confederação, composição dos órgãos e atribuições coincidirem com o início do novo mandato, isto é, em 30 de abril de 2019, as atividades do Conselho de Gestão da Confederação serão iniciadas oficiosamente já a partir de março do corrente ano, com o objetivo de proporcionar uma melhor ambientação dos membros com os assuntos de natureza administrativa. Lembrou que, nos termos do art. 29 do Estatuto, o Conselho de Gestão *é composto por até 7 (sete) membros do Conselho Diretor dentre aqueles eleitos pela Assembleia Geral, na qualidade de administradores estatutários das empresas associadas às Federações, as quais tenham obtido maior faturamento no exercício anterior à eleição*. Nesse sentido, o Conselho de Gestão terá a seguinte composição: Grupo Bradesco, Grupo Banco do Brasil Seguros, Grupo Itaú-Unibanco Seguros, Grupo Caixa Seguradora, Grupo Sul América, Grupo Porto Seguro e Grupo Zurich.

. Para conhecimento.

2.3. Jantar Comemorativo de Posse das Federações associadas e da CNseg/Fenaseg

Comunicado que o evento comemorativo de posse das Federações associadas e da CNseg/Fenaseg será realizado no dia 09 de maio de 2019 (quinta-feira), a partir das 18 h, no Buffet Torres, situado na Alameda dos Jurupís, 1718, Moema (SP). Além de executivos do setor, serão convidadas autoridades dos três Poderes, e representantes da ANS e da Susep.

. Para conhecimento.

2.4. Mudança na Diretoria Executiva da CNseg

Registro de alterações de áreas e denominação da Diretoria Técnica e da Diretoria de Eventos.

. Para conhecimento.

2.5. Novo Diretor Geral da Escola Nacional de Seguros

Comunicado que Tarcísio Godoy é o novo diretor geral da Escola Nacional de Seguros, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da entidade. O executivo assume a função que até então era ocupada por Renato Campos Martins Filho, que estava na instituição desde 2005. Dentre os principais desafios do novo diretor geral, podem se citados: a captação de *fundings*, o revigoramento dos cursos, e a aproximação efetiva com os diversos segmentos do setor, para reduzir e até mesmo acabar com os gargalos na capacitação dos profissionais de seguros.

. Convidar Tarcísio Godoy para apresentar, sempre que possível, ao Conselho Diretor da CNseg as demonstrações financeiras da Escola Nacional de Seguros.

2.6. Convenção Coletiva de Trabalho 2019

Relatores: Diretor Executivo Técnico e de Estudos Alexandre Henriques Leal Neto e Diretor Luiz Tavares Pereira Filho

Informado que no último dia 08 de fevereiro foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho 2019 pelos presidentes da Fenaseg/CNseg, da Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC e da Comissão de Negociação Sindical Patronal. A Comissão de Negociação Sindical Patronal da CNseg para a Convenção Coletiva de Trabalho teve a seguinte composição: SulAmérica Seguros (Renato Luzzi-Presidente da Comissão e Orlando de Oliveira), Bradesco Seguros (Gilmar Lepchak e Sílvia Eduara Carvalheiro), Mapfre Seguros (João Paulo de Noronha e Priscilla Nascimento Gosler), Itaú Unibanco Seguros (Romualdo Garbos e Marco Aurelio de Oliveira), Liberty Seguros (Ademir Marques e Andreia Angelo Bessa), Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (Rodrigo Telles de Britto e Edleuza Modesto), Sindicato das Seguradoras de São Paulo (Fernando Simões) e Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Vilela).

. Para conhecimento.

2.7. Relato da reunião com o Ministério da Economia e Mapeamento do Órgão

Relator: Marcio Serôa de Araujo Coriolano

Convidada: Diretora Executiva de Relações Institucionais Miriam Mara Miranda

Miriam Mara Miranda apresentou o organograma da nova estrutura do Ministério Economia, com destaque para a criação das secretarias e suas verticais que passaram a cuidar dos assuntos anteriormente tratados pelos Ministérios da Fazenda; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Trabalho, são elas: a Secretaria Especial de Fazenda; a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; a Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento; a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; e a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Foi ainda informado, como exemplo, que a Secretaria do Tesouro Nacional, pela nova configuração, não se reporta mais diretamente ao Ministro da Economia, mas sim à Secretaria Especial de Fazenda.

A Diretora de Relações Institucionais da CNseg apresentou ainda as possíveis interseções das pastas supracitadas com o Seguro Habitacional, Seguro Garantia, Seguro de Acidente do Trabalho, PrevSaúde, VGBL e PGBL, DPVAT e Vida Universal, sem prejuízo de trabalho semelhante ser realizado para outros assuntos estratégicos a serem apontados pela Confederação. A intenção é criar um plano de trabalho do mercado segurador junto às secretarias para facilitar a interlocução, unificar os discursos e apresentar as propostas do setor segurador brasileiro (2019/2022), o que deverá ser feito tão logo os regimentos internos das secretarias sejam publicados. Adicionalmente, Miriam Mara informou que o mapeamento das funções dos Ministérios da Saúde e da Infraestrutura já foi realizado e se comprometeu a encaminhá-los, para conhecimento do Conselho Diretor. Acatando a sugestão do presente colegiado, Miriam Mara informou ainda que irá realizar o mapeamento das funções da Casa Civil, especialmente no que se refere ao pleito estratégico de fortalecimento do CONSU.

Jorge Hilário Gouvêa Vieira sugeriu uma aproximação da CNseg com Carlo Von Doellinguer (presidente do IPEA), que poderá contribuir para as discussões estratégicas do mercado segurador junto ao governo federal.

Na sequência, Miriam Mara e Marcio Coriolano relataram ainda as seguintes reuniões realizadas com membros do governo federal: no dia 31 de janeiro com o Ministro Chefe da Advocacia Geral da União, André Luiz de Almeida Mendonça, sobre Seguro Habitacional do SFH; em 07 de fevereiro com o Secretário Adolfo Sashida, da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, para apresentação das Propostas do Setor Segurador Brasileiro 2019/2022. Na ocasião ficou claro o interesse do Subsecretário de Política Microeconômica e Financiamento da Infraestrutura, Pedro Calhman, para a criação de uma agenda com o mercado segurador; e, no dia 14 de fevereiro, com o Secretário Especial Adjunto Igor Nogueira Calvet da Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, para tratar do seguro garantia de obras.

. Encaminhar ao Conselho Diretor o mapeamento das funções dos Ministérios da Saúde e da Infraestrutura e da Casa Civil. Envidar esforços para uma aproximação com Carlo Von Doellinguer (presidente do IPEA) para apresentação das Propostas do Setor Segurador Brasileiro 2019/2022.

3. Reforma da Previdência

Convidado: Helio Zylberstajn (economista e professor da USP)

Helio Zylberstajn apresentou os principais aspectos da proposta de reforma previdenciária elaborada pela FIPE e financiada pela FenaPrevi, Fenaseg, ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades de Fechadas de Previdência Complementar) e ICSS (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social). A proposta se baseia em quatro pilares: pilar 1 (benefício para todos os brasileiros) seria uma renda básica do idoso. Todos os nascidos a partir de 2005 que completarem 65 anos receberiam um benefício de R\$ 550,00, independente de terem contribuído ou não para a previdência; pilar 2 (sistema de repartição) estariam aqueles que contribuíram para a previdência e receberiam pelo INSS uma aposentadoria de R\$ 550,00 (valor mínimo) à R\$ 1.650,00 (valor máximo), sendo necessário 40 anos de contribuição; pilar 3 (capitalização compulsória) seria compulsória para renda acima de R\$ 2.200,00 e facultativa para renda abaixo de R\$ 2.200,00. Foi informado ainda que R\$ 2.200,00 é o valor da renda média dos trabalhadores brasileiros. Nesse sistema haveria a gestão profissional dos recursos por entidades abertas ou fechadas de

previdência complementar; e pilar 4 (capitalização voluntária) é a previdência privada complementar, em que empresas e trabalhadores definem objetivos, contribuição e benefícios, como ocorre atualmente.

Em linhas gerais, foi destacado que o objetivo da proposta da FIPE é garantir aos mais pobres a reposição integral da renda na aposentadoria. Com o teto reduzido e valendo para todos (inclusive funcionários públicos e militares), não seria mais possível extrair do fundo comum aposentadorias de grande magnitude. A proposta da FIPE reduz ainda a tributação incidente sobre a folha de salários.

No que diz respeito à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, apresentada recentemente pelo governo federal à Câmara dos Deputados, Helio Zylberstajn informou que o texto propõe idade mínima para que os trabalhadores possam se aposentar (62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens). Para ter acesso ao benefício, seria preciso atingir 20 anos de contribuição previdenciária. A PEC prevê ainda expressamente a possibilidade de criação de um novo sistema de capitalização por meio de lei complementar de iniciativa do Poder Executivo federal, na modalidade de contribuição definida, de caráter obrigatório para quem aderir, com a previsão de conta vinculada para cada trabalhador e de constituição de reserva individual para o pagamento do benefício, admitida capitalização nocional, vedada qualquer forma de uso compulsório dos recursos por parte de ente federativo. Exceto no que diz respeito à capitalização nocional, a PEC do Governo é bastante parecida com a da FIPE, devendo a expectativa ser pela aprovação do seu conteúdo com benefícios para toda a sociedade.

Helio Zylberstajn comentou ainda que o Secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, o convidou publicamente para participar do grupo de especialistas que está tratando sobre a reforma da previdência e que oportunamente a proposta da FIPE, já elogiada pelo assessor de Rogério Marinho, poderá ser discutida.

Houve consenso sobre a importância de a FenaPrevi se organizar internamente para apresentar propostas para aperfeiçoar o texto da PEC nº 06/2019, especialmente no que se refere a conta nocional.

Com relação à tramitação da PEC, foi esclarecido que a mesma será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) quanto à sua admissibilidade. Se for aprovada, a Câmara dos Deputados criará uma comissão especial

especificamente para analisar seu conteúdo, a qual terá o prazo de 40 sessões do Plenário para proferir parecer. Depois, a PEC deverá ser votada pelo Plenário em dois turnos, com intervalo de cinco sessões entre uma e outra votação. Para ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações. Na sequência, depois de aprovada na Câmara, a PEC segue para o Senado, onde é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário, onde precisa ser votada novamente em dois turnos. Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. Se o texto for alterado, volta para a Câmara, para ser votado novamente. A proposta vai de uma Casa para outra até que o mesmo texto seja aprovado pelas duas Casas.

. Para conhecimento. O assunto será conduzido pela FenaPrevi.

4. Atualização das Ações do Instituto Ação Pela Paz (IAP)

Relator: Jayme Brasil Garfinkel

Não obstante a saída antecipada e justificada do relator, o presidente da CNseg lembrou que o Instituto Ação Pela Paz é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo apoiar junto ao poder público e à sociedade civil a realização de programas com foco nas pessoas que convivem no sistema prisional, egressos e seus familiares. Em 2015 a CNseg tomou a decisão de apoiar financeiramente o IAP, contudo foi dada pouca visibilidade às ações e projetos do IAP. Dessa forma, a proposta que ora se apresenta é de incorporar as ações do IAP na agenda permanente da CNseg, divulgando-as nos veículos internos de comunicação e nas comissões temáticas pertinentes.

Mario Petrelli, apoiado pelos demais membros do Conselho Diretor, considerou pertinente levar essa iniciativa ao conhecimento do Ministro da Justiça Sérgio Moro.

. *Aprovada a proposta de ampliar o apoio institucional da CNseg às ações promovidas pelo Instituto Ação Pela Paz. Solange Beatriz incluirá o assunto na agenda futura a ser tratada com o Ministro da Justiça Sérgio Moro.*

5. DRE Dezembro 2018 e DRE Janeiro 2019

Relator: Marcio Serôa de Araujo Coriolano

Convidado: Diretor Executivo de Administração, Finanças e Controle Paulo Henrique Mendes Annes

Paulo Annes informou que a apresentação da DRE de dezembro tem como objetivo concluir o ano de 2018, visto que em janeiro não foi realizada reunião do Conselho Diretor da CNseg. Na sequência, noticiou que a margem bruta foi menor em R\$ 465 mil em dezembro e R\$ 11.390 mil no ano, impactada principalmente pela implementação do novo modelo de registro de contratos SIRCOF, regulamentado pelo Denatran, e a redução do consumo dos produtos SISEG. Com relação às despesas, informou o que se segue: a) pessoal: realizado R\$ 395 mil e R\$ 1.012 mil menor do que orçado em dezembro e no ano, respectivamente, em decorrência de ajustes no quadro funcional; b) serviços de terceiros: realizado R\$ 1.868 mil maior do que o orçado em dezembro, devido a honorários de consultoria, com a utilização das verbas de Federações associadas sendo as principais EY (IFRS 17) e FIPE (Reforma da Previdência), nos valores de R\$ 455 mil e R\$ 160 mil, respectivamente. Adicionalmente, houve pagamento de honorários de êxito ao escritório Sergio Bermudes, gerando uma despesa de R\$ 466 mil. No ano, houve uma economia de R\$ 2.817 mil gerada pela renegociação de contratos; c) eventos: realizado R\$ 778 mil maior do que orçado em dezembro referente a realização de despesas orçadas nos meses anteriores. Em 2018, a despesa foi R\$ 1.181 mil maior que a orçada devido a realização de eventos das Federações associadas, utilizando a verba institucional, que perfizeram R\$ 2.391 mil, compensados em parte pelas economias/resultados auferidos nos demais eventos da Confederação; d) propaganda e publicidade: realizado R\$ 613 mil menor que o orçado no ano devido à renegociação de contratos com fornecedores; e e) outras despesas: realizado R\$ 1.120 mil maior que o orçado em dezembro devido a despesa com pagamento de auto de infração referente a diferença de alíquota FAP/RAT (Fator Acidentário de Prevenção/Risco Ambiental do Trabalho em virtude de mudança de entendimento do Fisco sobre a classificação da Fenaseg de entidade sindical patronal para entidade associativa). Em 2018, houve variação de R\$ 1.120 mil menor que o orçado em consequência da renegociação de contratos. Por outro lado, foi destacado que o resultado financeiro foi maior R\$ 76 mil que o orçado em dezembro devido ao

desempenho de 116,33% do CDI, compensando a SELIC real 0,5% menor que a orçada. Já no comparativo anual o resultado foi R\$ 470 mil menor que orçado dado que a redução da taxa SELIC.

No que diz respeito à DRE de janeiro de 2019, Paulo Annes informou que a margem bruta superou o orçado em R\$ 2 milhões, em decorrência do aumento do volume de transações, em média 1.000 transações por dia em relação ao orçado. Quanto às despesas, destacou o que se segue: a) pessoal: realizado R\$ 1.384 mil menor do que o orçado, em virtude da postergação das despesas com folha em decorrência do fechamento do acordo da convenção coletiva de 2019 em fevereiro; b) serviços de terceiros: realizado R\$ 470 mil menor do que o orçado para o período referente a despesas não realizadas em janeiro; e c) outras despesas: realizado R\$ 897 mil menor que o orçado, principalmente devido a postergação da doação a Associação de Educação Financeira do Brasil (R\$ 700 mil). Finalizou informando que o resultado financeiro em janeiro foi maior R\$ 198 mil que o orçado no mês, devido ao desempenho de 131,06% do CDI.

. Para conhecimento.

6. Plano de Desligamento Voluntário (PDV) da Fenaseg

Relator: Marcio Serôa de Araujo Coriolano

Convidado: Diretor Executivo de Administração, Finanças e Controle Paulo Henrique Mendes Annes

Com vistas a obter uma economia necessária nas despesas de pessoal, conforme previsto no orçamento para 2019 aprovado pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Representantes, bem como reconhecer o trabalho desempenhado pelos empregados elegíveis, Paulo Annes compartilhou os objetivos e as diretrizes do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) da Fenaseg, que contou com a assistência de escritórios de advocacia especializados em Direito do Trabalho e Tributário. Com prazo de adesão compreendido no período de 14 de janeiro à 20 de fevereiro de 2019, o PDV – Fenaseg teve como objetivo oferecer aos funcionários aposentados, ou aptos a se aposentar, e que tivessem no mínimo cinco anos de vínculo empregatício (CLT), a oportunidade de se desligar da Fenaseg com benefícios adicionais aos previstos em lei. Inspirando-se em outros programas de empresas de mercados adjacentes ao de

seguros, os benefícios ofertados foram os seguintes: 50% do salário mensal (referência: salário janeiro de 2019) por ano completo trabalhado, sendo o total limitado a dez salários; aviso prévio, conforme previsto em legislação; 40% sobre os depósitos do FGTS; auxílio cesta alimentação, na modalidade "vale alimentação", equivalente a 10 (dez) meses do benefício (base: janeiro de 2019); e manutenção do plano de saúde e o odontológico ao funcionário e seus dependentes, sem ônus, pelo período de 18 (dezoito) meses.

Em linhas gerais, Paulo Annes informou que, até o momento (visto que ainda está em curso prazo para desistência), o PDV-Fenaseg conta com a adesão de 2/3 dos elegíveis ao Plano, o que correspondente a 20 funcionários (10% do quadro funcional e 12% do custo anual da folha). Foram destacados ainda os seguintes impactos financeiros do PDV-Fenaseg em 2019: redução de custos da folha em R\$ 5.400 mil, indenizações no valor de R\$ 4.278 mil; e efeito líquido na folha de R\$ 1.122 mil. Em 2020, a redução de custos da folha será de R\$ 6.729 mil.

. Para conhecimento.

7. Contribuição Assistencial 2019

Relator: Diretor Luiz Tavares Pereira Filho

Em razão da extinção de obrigatoriedade da contribuição sindical, decorrente da Lei 13.467/2017 (Modernização das Leis do Trabalho), Luiz Tavares informou que foi instituída desde 2018 pelo Conselho de Representantes e pelas Assembleias dos Sindicatos filiados, exceto o SINAPP, a Contribuição Assistencial Patronal. Para 2019, a proposta sobre a forma de cálculo, com a incorporação da participação da FENASEG, foi submetida e aprovada pela Diretoria da FENASEG na reunião ordinária nº 080, de 18/10/2018, e pelo Conselho de Representantes de 21/11/2018. Lembrou ainda que, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho 2019 o recolhimento da contribuição deverá ser realizado até o dia 28/02/2019. O portal da CNseg contém um banner para cálculo do valor e emissão do boleto bancário.

. Para conhecimento. Caso não ofenda a legislação, a CNseg deverá encaminhar às empresas correspondência lembrando da proximidade da data do pagamento da contribuição assistencial 2019.

8. Relato da Reunião com a Advocacia Geral da União de 07/02/2019

Relatora: Diretora Executiva de Relações Institucionais Miriam Mara Miranda

Noticiada a realização de reunião entre representantes do mercado segurador e da Advocacia Geral da União para tratar do Seguro Habitacional do SFH. A CNseg esteve representada por seu Presidente, Marcio Coriolano, pela Diretora de Relações Institucionais, Miriam Mara Miranda, pelos advogados Luis Adams e Gustavo Fleichman, pela Diretora Jurídica da Sul América, Fabiane Reschk, e pelo Superintendente de Relações Governamentais Genildo Lins. Representaram a AGU o Advogado-Geral da União André Luiz de Almeida Mendonça, Procurador-Geral da União, Vinicius Torquetti, e a Secretária-Geral de Contencioso Izabel Vinchon.

. Para conhecimento.

9. Notícias das Federações

9.1. FenaCap

Relator: Marcos Renato Coltri

Em razão da saída antecipada e justificada do presidente da Federação, o Diretor Executivo da FenaCap, Carlos Corrêa, noticiou, dentre outros assuntos, a proximidade da entrada em vigor do novo marco regulatório da capitalização prevista para ocorrer em 29 de abril e a realização amanhã, dia 22 de fevereiro, do balanço das comissões temáticas (exercício 2018) e da divulgação das prioridades para 2019. Também comunicou que os indicados da FenaCap para atuarem junto ao CRSNSP já realizaram as entrevistas junto ao Comitê de Avaliação e Seleção. Aguarda-se o resultado do certame.

Com relação às estatísticas, informou que de janeiro a dezembro de 2018 o Mercado de Capitalização registrou bons resultados. A receita e as reservas técnicas atingiram um crescimento de 1,2% e 0,9% respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2017. Na ponta oposta, houve a diminuição dos resgates em 3,3%, comparado com o mesmo período do ano anterior, o que leva a uma retenção de R\$ 3,6 bi no período.

. Para conhecimento.

9.2. FenaSaúde

Relator: João Alceu Amoroso Lima

O presidente da FenaSaúde atualizou os presentes sobre a elaboração de documento para o Conselho de Saúde Suplementar relativo a custos assistenciais, informou sobre a reunião com o Ministro da Saúde em que foi solicitada uma pauta comum da FenaSaúde, Abrange e Unimed (em elaboração); noticiou a criação de Câmara Técnica pela ANS para tratar de contratualização (interferindo na relação privada entre as operadoras de saúde e os hospitais); compartilhou a pauta da FenaSaúde para agenda regulatória da ANS (atendendo a um pedido da Diretoria de produtos); e comentou sobre as ações da Federação para contribuir com a consulta pública da ANS 72 que trata sobre processo regulatório e análise do impacto regulatório. No que diz respeito aos assuntos jurídicos, compartilhou as estratégias adotadas pelo setor de saúde suplementar que resultaram na tramitação de seis ações nos EUA contra fornecedores de OPME e atualizou o andamento da ADI 5835 sobre ISS.

Com relação às estatísticas, João Alceu destacou que, em dezembro de 2018, o mercado totalizou 71,6 milhões de beneficiários, com crescimento de 2,3% ante o mesmo período do ano anterior. Os planos de assistência médica somaram 47,4 milhões de beneficiários (66,2% do total), com aumento de 40,5 mil beneficiários no mês. Contudo, os planos individuais ou familiares apresentaram redução de 93,5 mil beneficiários, o que representa uma queda de 1,0%. Os planos exclusivamente odontológicos, por sua vez, somaram 24,2 milhões de beneficiários (33,8% do total), com redução de 92 mil beneficiários no mês.

. Para conhecimento.

9.3. FenaPrevi

Relator: Jorge Pohlmann Nasser

O presidente da FenaPrevi compartilhou os principais assuntos tratados pela Diretoria Estatutária da Federação, em reunião realizada em 20/02/2019, a saber: a) relatada a reunião realizada com o Secretaria Especial de Previdência e Trabalho no dia 24/01 que contou com a participação de Miram Mara (CNseg), Nilton Molina (FenaPrevi) e (Luis Ricardo Marins (ABRAPP); b) noticiada a aprovação de ingresso de medida judicial pelo escritório de advocacia Bichara Advogados contra Decreto de Minas Gerais que obriga

a retenção pelas seguradoras do imposto referente ao PGBL e VGBL a partir do aviso da Secretaria de Fazenda.

Com relação às estatísticas dos planos de acumulação, o presidente da FenaPrevi noticiou que, no comparativo dezembro de 2018/2017, houve uma redução de 2,7% dos prêmios e contribuições e de 7,0% da captação líquida. No acumulado do ano, quando comparado a 2017, os prêmios e contribuições decaíram 8,2% e a captação líquida apresentou queda de 30,6%. No que diz respeito aos seguros de pessoas e previdência (coberturas de risco), foi destacada a variação positiva de 8,02% quando comparado dezembro 2018/2017. No acumulado (jan/dez) 2018/2019 o crescimento foi de 9,36%, com destaque para o seguro individual (24,45%) e prestamista (19,35%).

. Para conhecimento.

9.4. FenSeg

Relator: Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade

O presidente da Federação compartilhou a agenda de trabalho da FenSeg para o triênio 2019/2021, com destaque para a continuidade ao combate à atividade irregular de comercialização de seguros, acompanhamento das ações da agenda regulatória proposta pela Susep, tais como: seguros de contratação obrigatória (DPEM e RC Ônibus) e flexibilização da regulamentação para seguros personalizados continuidade e valorização dos trabalhos das comissões técnicas da FenSeg, acompanhamento da nova lei de licitações, novos produtos e meios de distribuição para atendimento à demanda digital e seguro rural.

Com relação às estatísticas do segmento, comentou que no acumulado janeiro a dezembro de 2018, considerando o seguro DPVAT, foi arrecadado R\$ 74,8 bi de prêmio direto, o sinistro ocorrido ficou em R\$ 36,2 bi e a sinistralidade em 51,7%. O crescimento do segmento ficou em 5,6%. Retirando o DPVAT, o crescimento foi de 8,1%. No comparativo outubro de 2018 com o mesmo período de 2017, os prêmios dos ramos elementares (exceto DPVAT) cresceram 8,5%, com destaque para seguros de automóvel, 6,6%; patrimonial, 8,0%; habitacional, 6,3%; transportes, 13,7%; riscos financeiros, 9,2%, riscos especiais 140,4% e microsseguros de danos, 30,7%. Com DPVAT, o mercado cresceu 5,7%.

. Para conhecimento.

10. Assuntos Gerais

Noticiado o encaminhamento das seguintes correspondências ao Conselho Diretor: Balanço das Atividades 2018 do GTMK do Ministério da Fazenda (PRESI 001/2019), Estrutura Ministerial Novo Governo (PRESI 003/2019), Minuta da Ata da Reunião Ordinária nº 093 de 19/12/2018 (PRESI 012/2019) e Convenção Coletiva de Trabalho 2019 (DITEC 005/2019).

. Para conhecimento.

11. Extra-Pauta

11.1. Comitê de Avaliação e Seleção de Conselheiros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização (CAS-CRSNSP)

Francisco Alves demonstrou preocupação com a matéria veiculada pelo Valor Econômico no dia 18 de fevereiro segundo a qual o Governo estuda a possibilidade de extinguir conselhos (dentre os quais o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados), que têm como função julgar, em última instância administrativa, recursos contra sanções aplicadas por órgãos públicos. Francisco Alves informou ainda que está realizando levantamento para demonstrar às instâncias competentes que menos de 0,5% das decisões do CRSNSP foram questionadas na Justiça e que extinguir o referido Conselho contraria o objetivo de evitar ao máximo a judicialização. Nesse sentido, sugeriu uma aproximação institucional com outras confederações, como a CNF, e a contratação de parecerista renomado, para subsidiar eventual discussão jurídica sobre inconstitucionalidade da matéria.

Luiz Tavares endossou as palavras de Francisco Alves e destacou a importância de fortalecer o CRSNSP.

. Firmado posicionamento da CNseg contrário à extinção do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados. Será realizada aproximação com a Confederação Nacional das Instituições Financeiras para tratar o assunto de forma conjunta. Francisco Alves se colocou à disposição para participar de reuniões.

11.2. Despedida de Jorge Hilário Gouvêia Vieira do Conselho Diretor

Jorge Hilário registrou sua satisfação por ter integrado nos últimos anos o Conselho Diretor da CNseg e agradeceu a parceria profissional e o convívio com os colegas. Não obstante o seu mandato terminar oficialmente somente em 29 de abril de 2019, o executivo dará início a projetos pessoais. Contudo, se colocou à disposição para auxiliar o Colegiado no que for possível.

Como ninguém mais quis fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a reunião.

Lista de Presença:

Presidente:

Marcio Serôa de Araujo Coriolano
Bradesco Saúde S/A

Primeiro Vice-Presidente:

Jayme Brasil Garfinkel
Porto Seguro S/A

Vice-Presidentes:

Mario José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Cia Nacional de Seguros

Oswaldo do Nascimento
Itaú Vida e Previdência S/A

Vice-Presidentes Natos:

Jorge Pohlmann Nasser
Presidente da FenaPrevi

Marcos Renato Coltri
Presidente da FenaCap

Antonio Eduardo M. F. Trindade
Presidente da FenSeg

João Alceu Amoroso Lima
Presidente da FenaSaúde

Diretores:

Ausência justificada

Antonio Mauricio Maurano
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Ausência justificada

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Fernanda Camargo Cortese
Axa Seguradora S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

Jorge Hilário Gouvêa Vieira
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A (razão social em aprovação pela Susep)

Ausência justificada

Luiz Fernando Butori Reis Santos
Itaú Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia de Seguros

Ausência justificada

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Vinícius José de Almeida Albernaz
Bradesco Seguros S/A

Diretor Nato:

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Secretária: Elaine de Abreu Jorge.

Próxima reunião: 21/03/2019